

CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA DOS VENDEDORES AMBULANTES PELA POPULAÇÃO DE SALVADOR

Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Carla Liane Nascimento dos Santos

Apoio:

*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

*Universidade do Estado da Bahia

Autores atuantes na Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Desde o período colonial do Brasil havia sinais da constituição de uma profissão dependente das ruas. Como consequência do modelo escravista, esta nova categoria formou-se carregando alguns estigmas já pertencentes à classe escrava e incorporando novos outros, oriundos da sua participação secundária na economia. Transformações econômicas e políticas na sociedade criaram excedentes de mão de obra desqualificada para trabalhos formais, favorecendo assim a expansão do comércio ambulante. Apesar desta expansão, ocorre um movimento de repulsa social para com estes profissionais que são acusados pelo Estado e por outras camadas a enfraquecerem a malha social, devido ao seu serviço irregular e, por conseguinte, ilegal. Espera-se, neste artigo, ponderar estes fatores, demonstrando como se desenvolveu a categoria dos vendedores ambulantes e como esta se configura nos dias atuais.

Palavras-chave: Comércio Ambulante. Desqualificação Social. Trabalho.

ABSTRACT

Since the Brazilian colonial period there are signs of the formation of a profession dependent on the streets. As a result of the slave model, this new category was formed carrying some stigmas belonging to the slaves and others, due to their low participation in the economy. Economic and political changes in society have created excess of manpower disqualified from formal work, favoring the expansion of street trading. Despite the expansion, there is a movement of social rejection to these professionals who are accused by the state and other social layers to weaken the social stability due to their irregular, and therefore illegal, service. It is expected in this article, considering these factors, showing how the category of street vendors was developed and how it is configured today.

Keywords: Itinerant Trade. Social Disqualification. Labor.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é pormenorizar histórica e sociologicamente a categoria dos vendedores ambulantes – com o enfoque na Bahia – expondo fatos econômicos e políticos ocorridos neste percurso e que afetaram direta ou indiretamente a realidade da mão de obra livre neste país. Pretende-se com isto melhor compreender esta classe na atualidade, que cada vez mais agrega trabalhadores de diversas áreas e que vive com o estigma da desqualificação social por parte do governo e população em geral.

Foi levantado – no acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – um banco de dados com reportagens sobre a categoria dos vendedores ambulantes contidas nos principais jornais da Bahia e que foram publicados em um período que vai do ano de 1939 até o ano de 2009. Estas reportagens contêm entrevistas feitas com a população e que serão expostas a fim de demonstrar a representação que os populares sustentam a respeito dos vendedores ambulantes e como esta representação foi modificada – ou não – através do percurso histórico registrado pela mídia.

Um apêndice do modelo escravista

Por volta do século XIX, a cidade de Salvador tinha um caráter econômico baseado na agricultura, sendo seu mercado pouco proeminente. A atividade comercial existente era regida por negros e mulatos, que se encarregavam de carregar materiais pela cidade e fazer outros serviços pesados da estrutura mercantil.

Neste seio, o comércio de pescados já demonstrava vestígios do que se tornaria, mais

tarde, a realidade do comércio ambulante. Os produtos de pesca eram vendidos por negros, escravos ou não, que deveriam obedecer a regras específicas, aplicadas pela administração pública, para a comercialização. Ao término das vendas, caso o negro comerciante não fosse alforriado, o lucro iria aos senhores. Os comerciantes que eram livres, por sua vez, constantemente tinham seus produtos confiscados pelo fisco (representante da lei nesta instância) que alegavam irregularidades nos produtos. (IVO, 1975)

Nota-se, neste contexto, que não havia muita distinção, no âmbito do trabalho, entre os escravos e os trabalhadores livres que exerciam funções semelhantes nas vias urbanas. Homens livres e escravos ofereciam igualmente sua força de trabalho, negociavam contratos e eram remunerados da mesma maneira. (MATTOSO, 2000)

Os trabalhadores das ruas comumente reuniam-se em locais específicos, esquinas, “cantos”, que eram peculiares e sugeriam uma ideia de lugar, um pertencimento simbólico àqueles trabalhadores. Estes “cantos” eram delimitados pela polícia e abrigavam ganhadores e ganhadeiras (pessoas que trabalhavam nas ruas, seja como marceneiros, engraxates, pedreiros, quituteiras, carregadores) libertos, que lá se disponibilizavam para exercer suas funções.

Frente a esta situação, o poder público viu a necessidade de implantar algumas medidas de controle e fiscalização. Então se instituiu o tributo de dois mil réis como necessário a ser pago à Câmara Municipal por cada ganhador que quisesse exercer suas atividades. Além deste pagamento, era necessária a aquisição de uma placa (no valor de três mil réis) que deveria ser usada no

pescoço pelos trabalhadores durante o serviço. Além destas exigências, os ganhadores que fossem escravos libertos deveriam apresentar fiadores que se responsabilizassem pelo seu comportamento. Durães (2006) pontua que em 1887 havia cerca de 1703 ganhadores registrados, com a ressalva de que as mulheres não eram registradas, logo o real número era provavelmente bem maior.

Em certo marco, tais exigências serviram de combustível para o descontentamento dos trabalhadores, que em 1857 cruzaram os braços como forma de contestar a administração pública. Era a “Greve Negra” de 1857. Esta demonstração de revolta antecipa fenômenos que ocorreriam mais tarde quando, já no século XX, explodem as confusões e contestações a cada tentativa do governo de padronizar e/ou fiscalizar os profissionais informais, como mostra uma reportagem do Jornal A Tarde de 2004:

“Chegada de agentes da Sesp ao calçadão da Avenida Sete, no Centro, termina em revolta e pneu queimado. Mais uma vez, os ambulantes reagem à presença dos fiscais da Secretaria de Serviços Públicos, mais conhecidos como rapas, e desencadeiam uma manifestação no Centro de Salvador. Ontem, o alvo foram os que estavam instalados no calçadão que liga a Avenida Sete de Setembro à Praça do Relógio de São Pedro. Revoltados, eles interditaram a pista, nos dois sentidos, queimando pneus e papelões. [...] A maioria dos manifestantes, segundo depoimentos de pessoas que assistiram ao ato, era formada por mulheres e crianças. Todos vítimas das ações da fiscalização, tidas como truculentas.” (A TARDE, 19 de Junho de 2004)

Este descontentamento mostrava-se por parte dos trabalhadores ambulantes para com o poder político, que no século XIX era composto essencialmente por uma elite branca. Ivo (2008) argumenta que o modelo

oligárquico rural que perdurava naquela época associava uma ideia de demérito aos não proprietários. Assim, os “homens-livres” que não tinham posses eram supostamente incapazes para o trabalho, sendo considerados vadios, ociosos, vagabundos. Outro fator que fortalecia este conceito é a não aceitação por parte dos homens livres (sejam eles negros alforriados, mestiços ou imigrantes) às mesmas condições de trabalho que eram demandadas aos escravos.

Para Barbosa (2008), a falta de mecanismos legais reguladores e de códigos morais internalizados transformavam a ilusão da liberdade, por parte da massa de trabalhadores informais livres, em proposta de sujeição absoluta. O vendedor ambulante não estava associado à produção mercantil, sendo considerado dispensável às bases econômicas. Tal processo demonstra grande grau de desqualificação social, que ilustra um paradoxo do trabalho na economia colonial, onde o escravo protagonizava a base da economia, enquanto o trabalhador “livre” representava um não agente econômico.

Diante destas intempéries, os vendedores ambulantes precisavam se mostrar criativos, de forma a conseguir desenvolver seu sustento apesar do não reconhecimento da sociedade, que os julgavam à margem econômica, política e moral, sendo muitas vezes associados à criminalidade. Tal concepção pode ser constatada neste trecho de uma reportagem do Jornal A Tarde, no ano de 2004:

“Perdemos segurança e clientes, caiu de uma média de 500 por dia para 300”, conta o proprietário de uma farmácia que não quis se identificar por medo de represálias dos camelôs clandestinos. Segundo ele, a maioria dos clientes da farmácia são pessoas idosas que estão

deixando de entrar na loja, ou por escorregarem nas frutas que ficam esmagadas pelo chão, ou por causa dos empurrões e pequenos furtos. ‘Se você quiser passar, vai ser assaltado’, diz.

‘Eles colocam suas tendas na porta do estabelecimento e se recusam a sair argumentando que a rua é pública. É muito difícil a situação dos lojistas disputando espaço com pessoas agressivas que não têm nada a perder e se sentem os donos da rua. As barracas aumentam a cada dia e estão no meio da ladeira de forma totalmente desordenada’, reclama outra proprietária de farmácia que também não quis se identificar.” (JORNAL A TARDE, 16 de Setembro de 2004)

Durante o século XIX, foram frequentes as lutas por espaço, por parte dos trabalhadores informais. Estes trabalhadores ganhavam e perdiam *cantos* pela cidade de Salvador. Quando não disputavam com a administração pública, disputavam entre si por um lugar nestes pontos, para que pudessem expor seus produtos ou sua força de trabalho.

Vale ressaltar que os *cantos* se caracterizam por diversos fatores, dentre eles, o fácil acesso e a passagem constante de pessoas. São em ambientes com grande fluxo que os ambulantes irão se instalar, conquistando assim maior visibilidade e facilidade de comercialização. Nota-se, em períodos mais recentes, que a administração pública fez tentativas de estruturar áreas específicas para os trabalhadores ambulantes. Tentativas que foram frustradas, por estes ambientes não atenderem aos requisitos de público, que é essencial ao trabalho informal, sendo localizados em pontos pouco movimentados ou mal distribuídos. Esta reportagem do Correio da Bahia ilustra uma destas ocorrências:

“Ambulantes resistem a deixar áreas do centro. Os ambulantes estão

indignados com mais uma ação dos fiscais da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesp) que aconteceu esta manhã em frente ao Shopping Center Lapa e nas ruas Coqueiro da Piedade e Junqueira Aires, nos Barris. Desta vez, os ‘rapas’, como são chamados os fiscais, entregaram notificações para que os ambulantes deixassem o local.

[...] Os 20 ambulantes que ficam no local e os outros 20 da Junqueira Aires vendem desde água e sombrinhas, até acessórios para celular e óculos. A predileção por esses pontos se deve ao grande fluxo de pessoas que transitam pela área.

[...] ‘Aqui a gente conhece o movimento, a clientela, já sabemos os horários bons e os ruins, já estou há três anos neste ponto’, acrescentou Santana, que, por ser morador de Nazaré, ainda conta com a vantagem de não gastar com transporte para ir ao trabalho. ‘Vou a pé ou de *bike*’, diz. O colega de ofício, José Alberto Barbosa, 27 anos, conta que o ponto oferecido pela Sesp [...] não agradou aos ambulantes, porque as vendas cairão. ‘Não passa ninguém ali. Como podemos aceitar uma proposta como essa?’” (CORREIO DA BAHIA, 05 de Maio de 2006)

A Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) foram marcos institucionais na sociedade brasileira. Estes fatos, aliados à crise da agricultura vivida naquele momento, contribuíram para que, no final do século XIX, o contingente de trabalhadores livres crescesse no país.

A expansão do comércio informal na nova realidade econômica

Alguns anos mais tarde, na década de 1930, governo de Vargas, houve um aumento na regulamentação do trabalho, com a Consolidação das Leis Trabalhistas. Entretanto, grande parte da população ficou de fora desta regulamentação; eram profissionais do pequeno comércio que trabalhavam no meio urbano em atividades de “subocupação”

(que veio a se tornar o setor informal da economia). (IVO, 2008)

A nova realidade econômica, protagonizada pela revolução industrial, favoreceu que atividades que não se encaixassem nos moldes capitalistas vigentes perdessem força, a exemplo do artesanato – já que, nesta lógica, o sujeito não é mais detentor do seu meio de produção e torna-se reificado, tendo como moeda de troca apenas a si próprio, seu tempo, sua força de trabalho. Este contingente que não se adequava ao novo modelo gerou um excedente de trabalhadores que não eram absorvidos pelo sistema e acabavam se inserindo na modalidade informal de emprego.

Em se tratando do comércio ambulante em Salvador, na década de 1930, esta atividade já era corriqueira no espaço urbano. No ano de 1939, a imprensa local registrou uma proposta do governo de regulamentação da atividade. A reportagem a seguir retrata esta constatação:

“os vendedores de generos alimentícios ficarão obrigados a rigoroso asseio e ao uso de uniforme – Boa saúde e conducta exemplar – Nenhum menor de 14 annos – Todos deverão saber ler e escrever – Oito horas de trabalho. O ministro do Trabalho – encontra em mãos o ante - projecto de regulamentações da profissão de vendedor ambulante. Ambulantes para os efeitos da futura lei – todos s indivíduos que, por conta própria ou de terceiros, exercerem o commercio ambulante nos logradouros públicos, realizando com isto actos que por sua natureza fiquem perfeitamente caracterizados como de commercio. Ninguém poderá ser licenciado para exercer a profissão de ambulante sem que apresente carteira profissional do Ministério do Trabalho e attestado de idoneidade passado pela autoridade policial competente. ‘Todos os vendedores ambulantes de sorvetes, refrescos, doces e outros artigos alimentícios

promptos para immediata ingestão, ou que não tiverem de sofrer fervura, quando no exercício do seu commercio serão obrigados a apresentar carteira profissional, uma vez, pelo menos, em cada anno, ao medico sanitário federal, estadual ou municipal, da localidade em que trabalhar, o qual gratuitamente lançará nella o ‘Visto’,depois de lhe examinar a saúde, providenciando o afastamento do serviço, no caso de doença contagiosa ou infecciosa.” Os menores de 12 a 14 annos poderão exercer o commercio ambulante, segundo o ante-projecto, desde que o façam por conta de estabelecimentos em que trabalhem pessoas de uma só família sob a autoridade de paes, avós ou irmão mais velho’. Prohibido o trabalho noturno de menores de 18 annos.” (JORNAL O IMPARCIAL, 21 de julho de 1939)

É possível perceber que a administração pública sazonalmente tenta regulamentar a situação dos vendedores ambulantes. Crachás, uniformes, licitações, todas essas ferramentas são aplicadas na busca para conter a expansão desenfreada da prática de venda ambulante. Sejam as antigas placas de três mil réis que os negros usavam no pescoço aos recentes coletes verdes, a recentes coletes verdes e documentos de cadastramento, sempre há uma maneira de diferenciar os trabalhadores contribuintes, que se tornam aceitos pelo governo, dos trabalhadores informais que não têm contrato com o município. Esta cisão cria três classes de vendedores: os lojistas, os ambulantes registrados e uma última, os vendedores ambulantes não registrados pela prefeitura, que é malvista pelas outras duas, sendo alvo de reclamações e demérito, por julgarem ser uma classe que não tem o direito de estar exercendo a profissão, já que não contribuem com os tributos ao governo.

A matéria seguinte é do jornal Correio da Bahia, da década de 1980, e demonstra de forma clara o comentado anteriormente:

“Camelôs superlotam o calçadão do Relógio. ‘O Prefeito passou por aqui e disse que iria cadastrar todo mundo. Mas o que a gente vê é a invasão de pessoas não cadastradas e não é justo quem paga dividir o espaço com quem não paga. [...] [...] Só nas imediações do Relógio São Pedro estão instalados mais de 100 camelôs, entre cadastrados e não cadastrados, o que motivou o envio de um ofício, por parte do presidente da Associação dos Lojistas da Avenida Sete ao prefeito. [...] De acordo com a colocação de que é necessário organizar para vender melhor, os camelôs da Avenida Sete se dividem quando o assunto é a infiltração de outros não registrados. Colocam que o excesso de vendedores tumultua a venda, mas por outro lado reconhecem que os que chegam estão na mesma situação em que estavam há algum tempo.” (CORREIO DA BAHIA, 07 de Outubro de 1987)

É importante ressaltar o caráter que o comércio ambulante tem tomado, historicamente, ultrapassando as questões associadas à escravidão e reunindo os aspectos da nova constituição econômica mundial, como a expansão das atividades informais, e os processos migratórios e de urbanização.

Entretanto nota-se que a representação dos vendedores ambulantes por parte da população nos períodos mais recentes não se constitui de maneira muito diversa da que era vigente no século XIX. Os jornais demonstram que a figura do comerciante informal ainda é associada à marginalidade e à criminalidade, sendo considerados vândalos e ameaçadores da ordem social, que seriam dignos da repressão fiscal, como é descrito na reportagem que segue:

“a praça Cairú – quartel general dos ambulantes. Vendedores de frutas, cigarros, bombons, bolachinhas de

goma, engraxates. Não faltam também, os malandros, alguns maconheiros, lanceiros, principalmente à noite. Proximidade dos meretrícios da Conceição, da Misericórdia e do Julião – sem contar com a própria praça – bem pertinho do Elevador Lacerda – é circunstância favorável para que esses tipos marquem encontro naquela praça. Esta é mais dos ambulantes, dos malandros do que do público. O ponto de ônibus foi transformado em mercado. Mercado promíscuo e imundo. Transformado também em um grande albergue. Pela manhã, homens maltrapilhos, ainda dormindo as résteas de um sono miserável, sono de pedinte, de mendigo que não tem onde morar estão ali. Há outros homens que dormem dentro de caixotes vazios, trepados em cadeiras de engraxate ou deitados nos tabuleiros que, mais tarde, estarão exibindo ao público uvas, umbus ou cigarros. Adotam as pôses mais diversas, tôdas impróprias para um ambiente público. Camisas abertas mostrando o peito nu, calças abaixo da virilha deixando os pêlos à mostra. As cenas são presenciadas pelos transeuntes que já estão acostumados e “não dão muita bola” para os detalhes ‘exóticos’ da praça Cairú. Os visitantes talvez sintam o impacto de tanta vergonha. Os turistas que vêm de outras cidades brasileiras, ou de outras partes do mundo, estão nesse caso. Instalaram-se na porta do Elevador Lacerda, impedem o livre acesso dos passageiros ao elevador. Se chove os vendedores de guarda-chuvas, tentam “empurrar” a mercadoria a um e a outro passante. Com o correr das horas o número de camelôs cresce, a gritaria aumenta e os tôlos são enganados. Sim, porque camelô raramente vende mais barato que o comerciante da loja. Quem salta, ou que vai pegar ônibus, tem que andar pelo meio da rua porque a mulher que vende acarajé e peixe frito não lhe dá passagem; da mesma maneira age o vendedor de cigarros, os vendedores de bombons, de laranja, de uvas, de umbú, os engraxates. Estes já foram retirados uma vez da praça Cairú pela Fiscalização Municipal, que exige cadeiras padronizadas, de metal, pintadas etc. Agora não. As cadeiras são feitas de caixotes, feitas ‘a facão’ como se diz na gíria. São imundas, medonhas, talvez únicas no mundo. A fumaça do azeite ardido da mulher que frita peixe faz arder os olhos e a

gente tem que andar com cuidado para não se esburrachar no chão por conta de uma casca de umbú.” (JORNAL A TARDE, 05 de abril de 1968)

Outro fator importante a ser avaliado acerca deste aspecto é que ainda quando não ligados diretamente à criminalidade, através das entrevistas concedidas aos jornais pela população e até pelos próprios camelôs, a classe dos vendedores ambulantes torna-se – na óptica destas entidades – parte de um estigma de “criminosos em potencial”. Os trechos de reportagem seguintes confirmam esta afirmação:

“a questão dos ambulantes tem dois lados. ‘Eles estão lutando para sobreviver numa cidade onde não tem emprego para todos, e é melhor do que estarem roubando, mas, por outro lado, eles desorganizam demais a cidade, enchem de sujeira.’” (JORNAL A TARDE, 16 de Junho de 2005)

“Somos excluídos de tudo. Não temos como sobreviver e estamos cada vez mais sendo empurrados para a marginalidade. Só queremos ganhar a vida honestamente”, diz a ambulante.” (JORNAL A TARDE, 03 de Junho de 2004)

“De acordo com a colocação de que é necessário organizar para vender melhor, os camelôs da Avenida Sete se dividem quando o assunto é a infiltração de outros não registrados. Colocam que o excesso de vendedores tumultua a venda, mas por outro lado reconhecem que os que chegam estão na mesma situação em que estavam há algum tempo. ‘As pessoas se infiltram aqui com fome’ Conta Francisco Santana, camelô desde os 12 anos de idade, ‘e montando a banca aqui é menos um a roubar’.” (CORREIO DA BAHIA, 07 de Outubro de 1987)

Os trechos citados explicitam que, embora haja um movimento de integração dos vendedores ambulantes à realidade econômica e social, ainda restam vestígios da carga de negatividade associada a esta categoria durante

sua constituição histórica. A sociedade demonstra compreender o comerciante informal como executor da sua profissão ao invés de estar roubando, por colocar estas duas possibilidades como as alternativas acessíveis aos membros desta categoria.

Apesar da evolução produtiva e da implantação do projeto de substituição de importações, a Bahia permaneceu, no período entre 1940 e 1960, marcada pelo crescimento de atividades relacionadas à economia urbana, na qual se insere o comércio, inclusive o ambulante. Neste período houve uma decadência da agroindústria açucareira e fumageira, o que criou um excedente de mão de obra. Paralelamente, a região metropolitana de Salvador passava por um processo de industrialização, principalmente pela atividade do refino do petróleo promovida pela Petrobrás, no polo petroquímico de Camaçari.

Esta transição de modelo agroexportador para industrial ocasionou uma reestruturação do mercado de trabalho Baiano. Entretanto houve pouca mudança no padrão econômico que imperava, que continuou sendo o comércio de mercadorias aliado ao setor de serviços. Esta predominância é oriunda da incapacidade da indústria em absorver a mão de obra disponível e da decadência da agricultura na região, que gerou sobra de trabalhadores, os quais muitos migraram para as áreas urbanas. O comércio informal foi a válvula de escape para estas pessoas que vinham em busca de sobrevivência nas cidades e não encontravam um emprego regulamentado. Logo estes trabalhadores foram vistos como problema, associados ao caos urbano e que deveriam sofrer interferência do Estado, como sugere a reportagem a seguir:

“Cursos e treinamentos, fiscalização e orientação. Nada disso tem surtido o efeito esperado em relação ao inusitado crescimento de vendedores e ambulantes ilegais nas principais vias e nos pontos turísticos de Salvador. O fato, que além de incomodar turistas, prejudica aqueles que estão regularizados e acabam perdendo clientes para aqueles que burlam a fiscalização.” (CORREIO DA BAHIA, 14 de Outubro de 2004)

Mais uma vez o cenário de desqualificação social se destaca, no qual os vendedores ambulantes protagonizam descontentamentos a turistas, vendedores legalizados, Estado e população em geral.

Em contrapartida à situação de descaso historicamente vivida pelos vendedores ambulantes, a sua prática não tem mostrado sinais preocupantes de enfraquecimento, pois o comércio informal a cada dia se expande mais, por abrigar tanto os trabalhadores que não têm qualificação para executar os serviços do mercado formal quanto para os trabalhadores que por alguma razão tenham deixado um emprego regularizado. Estas peculiaridades podem ser vistas pelo trabalhador como vantajosas, causando a falsa impressão de liberdade proporcionada pelo serviço informal, quando, na verdade, há toda uma questão de exploração e vulnerabilidade que fica camuflada no meio dos atrativos.

A estrutura criada pelo pequeno comércio nutre o sistema capitalista de forma complementar, pois atinge classes econômicas que, no geral, não são alvo principal do grande mercado (CARVALHO; SOUZA, 1978). Assim, o comércio ambulante favorece a dinâmica do capital, pois introduz as classes mais pobres como ativas no sistema econômico.

Constata-se então que há pelo menos duas maneiras de se analisar o comércio ambulante. Se por um lado é o responsável por absorver a mão de obra que não se qualifica para ser inserida no sistema formal de empregos, por outro lado é palco de desvalorização social, ausência de direitos e de proteção, instabilidade de renda e vulnerabilidade física e econômica.

A configuração do comércio ambulante é dinâmica e se adequa a padrões típicos do comércio formal. O mercado global influencia no que é comercializado nas ruas; um exemplo disto é a grande comercialização de produtos tecnológicos, que hoje abrange tanto as lojas de tecnologia quanto as barracas de camelôs nas passarelas, pontos e esquinas. Ademais, o comércio informal atual registra características que são típicas do modelo formal ao passo que as barracas têm aparência de lojas, com vitrines, banners, algumas têm funcionários com seus turnos de trabalho e outras possuem até máquina para cartão de crédito.

Segundo a SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (1983) o comércio ambulante é um conjunto de atividades exercidas por indivíduos que se deslocam com suas mercadorias, vendendo de casa em casa, nas praias, terminais de transporte, escolas, locais de trabalho e em locais de concentração eventual, além daqueles que operam de forma fixa, com barracas armadas em áreas livres, em pontos regulares concentrados em zonas comerciais da cidade e em outras áreas livres onde ocorre um fluxo regular e intenso de pessoas. Este tipo de comércio mostra-se heterogêneo tanto pelas diversas formas – já expostas neste artigo – de adentramento nesta prática, quanto pela diversa gama de atividades que são exercidas neste meio. Esta

configuração favorece uma fragmentação da categoria, colocando-a numa posição de tripla pressão: a pressão da atividade informal, que aprisiona o sujeito num regime de trabalho obrigatório, apesar dos seus pontos negativos; a pressão da administração pública que, com seu trabalho fiscalizador, dificulta o regime de trabalho de quem vive do comércio informal; e a pressão causada pela falta de seguridade social, que aprisiona o trabalhador deixando-o com pouca perspectiva de mudança em relação à situação econômica vivida. (DURÃES, 2002).

Druck e Oliveira (2008) retratam estatisticamente como é configurada a classe dos vendedores ambulantes em Salvador. Segundo eles, a maioria é constituída por homens negros, com baixa escolaridade, que são chefes de família e residem nos bairros populares da cidade. O modo de vida urbano vigente, aliado às altas taxas de desemprego e falta de qualificação profissional são fatores que justificam a condição. Estes autores pontuam que, embora o trabalho informal seja visto como uma solução paliativa à falta de um serviço formal, ele obedece a padrões que acabam prendendo o trabalhador a esta prática.

Conclui-se que, neste contexto, não é difícil perceber como os resquícios negativos do modelo escravista ainda imperam na categoria dos vendedores ambulantes, que foram alvos de descaso social durante toda a sua trajetória e que assim continuam sendo, apesar das políticas públicas a eles direcionadas e do contexto socioeconômico vigente, que cria a ilusão de que estes vendedores são parte importante da malha social.

Pouco mudou em relação às condições de trabalho dos ambulantes, pois estes –

apesar das promessas do governo que os iludem como microempreendedores, ou simplesmente vendedores autorizados – ainda enfrentam as péssimas condições das ruas, o perigo de assaltos, uma carga horária não delimitada, inexistência de férias, remuneração fixa, dentre outros direitos civis. Isto acrescido ainda do modo em que a sociedade representa esta categoria, associando-a à marginalidade política e econômica, sendo assim ameaçadora da homeostasia social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria M.; SOUZA, Guaraci Adeodato A. **A Produção não-Capitalista no desenvolvimento Capitalista de Salvador**. Salvador: PLANEJAMENTO, CPE, 6 (4): 425-55, out/dez.1978.

Camelôs superlotam calçadão do relógio. **Correio da Bahia**, Salvador, 10 Out. 1987.

Onda de boatos atrapalha trabalho da Sesp. _____, Salvador, 14 Out. 2004.

Ambulantes resistem a deixar áreas do centro. _____, Salvador, 05 Mai. 2006.

DRUCK, M. G.; OLIVEIRA, L. P. **A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador**. Revista VeraCidade. Salvador. Ano 3 - Nº 3 – Maio de 2008.

DURÃES, B. J. R. **Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp, 2006.

_____. **Trabalho Informal: Um Paralelo entre os Trabalhadores de Rua da cidade de Salvador no Séc XIX e no Séc.XXI**. Caderno do CRH. Nº 37. Trabalho, Flexibilidade e Precarização. Salvador: UFBA, jul./dez. 2002.

IVO, Anete B. L. **Pesca: Tradição e Dependência.** (Dissertação de Mestrado Apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA). Salvador, UFBA, 1975.

_____. **Viver por um fio: pobreza e política social.** São Paulo, Annablume, 2008.

A praça dos ambulantes. **Jornal A Tarde,** Salvador, 05 Abr. 1968.

Ambulante decide enfrentar o rapa. _____, Salvador, 03 Jun. 2004.

Rapa volta a assustar no Centro. _____, Salvador, 19 Jun. 2004.

Os camelôs estão soltos nas ruas. _____, Salvador, 16 Set. 2004.

Ambulantes ocupam ruas do Itaigara. _____, Salvador, 16 Jun. 2005.

Jornal O Imparcial, 21 Jul. 1939.

MATTOSO, Kátia Maria Queiroz. **Sociedade Escravista e Mercado de Trabalho: Salvador-Bahia, 1850-1868.** Bahia Análise e Dados, nº10, v.1. Salvador: jun. 2000.

Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. **O gigante invisível: estudo sobre o mercado informal do trabalho na região metropolitana de Salvador.** Salvador, 1983.